

TRABALHO TÉCNICO SOCIAL X MEIO AMBIENTE NOS PROGRAMAS HABITACIONAIS PÚBLICOS BRASILEIROS

Lizete Carvalho¹

¹ Especialista em Educação Ambiental/EAD/UFMS – CEP 97.105-300 – Santa Maria/RS – Brasil.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo divulgar o Trabalho Técnico Social que é desenvolvido nos Programas de Interesse Social do Governo Federal e que, apesar de obrigatório, ainda é desconhecido por um grande segmento da sociedade. Constitui-se de uma revisão teórica organizada em quatro etapas. A primeira apresenta uma resenha histórica sobre as desigualdades sociais do nosso país registrando as questões do êxodo rural e das migrações em massa para as grandes metrópoles, bem como os danos causados ao meio-ambiente em função desse fenômeno. A segunda etapa relata a trajetória da Política de Habitação de Interesse Social desde as suas primeiras ações, ainda no período do Brasil Colônia, passando pelas discussões da propriedade da terra, no início do século XX, época em que houve grandes migrações para os centros urbanos. A partir daí, a criação dos primeiros órgãos públicos a tratarem do déficit habitacional no Brasil, em 1964, culminando em 2003, com a criação do Ministério das Cidades onde as políticas de desenvolvimento social passaram a ser tratadas como prioridade nas questões de Governo. A terceira etapa aborda o surgimento do Trabalho Técnico Social, conceito, descrição e de sua obrigatoriedade nos Programas Públicos. Para concluir, o estudo situa a Educação Ambiental como meta obrigatória dentro do Trabalho Técnico Social.

Palavras-chave: Sociedade. Meio ambiente. Política social.

ABSTRACT

This paper aims to disseminate the technical work that is developed in the Social Interest Social Programs of the Federal Government and that, although mandatory, is still unknown to a large segment of society. It consists of a literature review organized in four stages. The first presents a historical perspective on social inequalities in our country recording the issues of rural exodus and mass migration to large cities, as well as damage to the environment due to this phenomenon. The second step relates the history of the Policy for Social Housing since its first actions, even in the period of colonial Brazil, through the discussions of land ownership, the early twentieth century, a time when there was much migration to urban centers, the creation of the first agencies to deal with the housing deficit in Brazil, in 1964, culminating in 2003 with the creation of the Ministry of Cities where social development policies began to be treated as priority issues in Government. The third step deals with the rise of Social Work Technical, concept, description and its mandatory in public programs. In conclusion, the study is the Environmental Education a mandatory target within the Social Work Technician.

Keywords: Society. Environment. Social policy.

BREVE HISTÓRICO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS

AS METRÓPOLES

O Brasil é considerado um país predominantemente urbano. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), a taxa de urbanização passou de 44,7% em 1960 para 81,2% em 2000. O conceito de cidade adotado pelo IBGE define que qualquer comunidade urbana caracterizada como sede de município é considerada uma cidade, não importa o seu número de habitantes.

As cidades brasileiras são bastante diferenciadas pelo seu porte, densidade populacional, atividades econômicas e formação social e cultural. Dos 5.561 municípios existentes, somente 94 são aglomerados metropolitanos (quando uma cidade funde-se espacialmente com outra, sem perder sua identidade política), com mais de um milhão de habitantes, e apenas 224 municípios concentram 60% de toda a população brasileira (FERREIRA e UEMURA, 2008). Outro dado a destacar, é que os municípios pequenos com até 20.000 habitantes, representam 73% dos municípios brasileiros e apresentam 45% de sua população vivendo em áreas rurais.

Ferreira e Uemura (2008) destacam que as cidades brasileiras cresceram marcadas pela ausência de planejamento urbano e/ou pelo favorecimento dos interesses das elites dominantes. Permeadas de contradições e de desigualdades sociais, as cidades são frutos dos déficits sociais acumulados, por décadas de governos descomprometidos com os interesses da maioria da população.

Esse quadro é revelador das diferenças, das desigualdades sociais e do modelo concentrador de riqueza e poder que fazem parte da formação histórica do País. O Brasil apresenta um dos maiores índices de desigualdade social do mundo.

Segundo Carvalho e Yamamoto (1983), a dificuldade em combater a desigualdade social no Brasil está na raiz de sua constituição: ela é estrutural e histórica, alicerçada no modelo adotado de capitalismo dependente. A repartição desigual de capital e trabalho está na origem das grandes diferenças sociais brasileiras. A desigualdade social é balizada pela visão conservadora de que essa distribuição desigual é um fato “natural”, como resultado do fracasso individual de muitos e sucesso individual de poucos, e não como produto da forma como se organiza a sociedade e pelo modelo de exclusão social.

Ainda conforme os autores acima, a concentração da riqueza tem se mantido praticamente intacta, atravessando a história do Brasil, desde o período do Brasil colônia, do rompimento com Portugal, do fim da escravidão, da Proclamação da República, dos diversos ciclos econômicos, em particular com o desenvolvimento industrial – urbano do começo do século XX, e, a partir dos anos 1980, com o neoliberalismo e com a financeirização da economia.

Bonduki (1998) estudou a relação entre o processo de formação das cidades brasileiras e a cultura política. Ele aponta que a desigualdade social das cidades brasileiras tem suas causas nas formas com que se organizou a sociedade, em particular, na maneira com que se construiu o Estado Brasileiro, marcado pelo patrimonialismo, no qual se confundem o interesse público e o privado, nas dinâmicas de exploração do trabalho impostas pelas elites dominantes desde a colônia e, principalmente, no controle absoluto dessas elites sobre o processo de acesso à terra, tanto rural quanto urbana.

O ÊXODO RURAL

Gomes (2005) diz que na passagem do final do século XIX e início do século XX, com a abolição da escravidão, a crise da lavoura cafeeira e o início da industrialização, houve a migração externa e interna para as grandes cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, que se transformam em centros industriais.

De acordo com Gomes,

O processo de urbanização que se deu de forma acelerada muda o cenário urbano: o traçado das velhas cidades já não corresponde às exigências da nova indústria nem ao seu grande movimento. As ruas, sem uma infra-estrutura necessária, são alagadas, abrem-se novas vias de acesso e novas formas de transporte como os trens e os bondes. Isto é, a cidade passa a refletir não só as transformações que se realizam no âmbito do capitalismo mundial, mas também se preparam para oferecer as condições necessárias para o desenvolvimento industrial. Nesse contexto, destaca-se a precariedade das habitações, sobretudo das classes subalternas (GOMES, 2005, p.2).

Gomes (2005) ainda refere que dessa forma, visando obter melhores condições de vida, passam a acontecer as grandes migrações da população do campo para as cidades, transformando-as em metrópoles desestruturadas e sem condições de abrigar o inchaço populacional com estrutura e saneamento adequado. A busca de empregos com boa remuneração, a mecanização da produção rural, a fuga dos desastres naturais, tais como secas e enchentes, a falta de escolas e necessidade de infra-estrutura e serviços como hospitais, transportes, educação, fizeram com que a população rural começasse a debandar em massa para as metrópoles.

Ferreira e Uemura (2008) dizem que, no início do século XX, com as primeiras indústrias nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, há o aprofundamento dessa lógica. Os bairros das elites eram planejados e eram objeto de ações de embelezamento. Nos centros, proliferavam os cortiços, as habitações coletivas de aluguel e as favelas, muitas vezes por iniciativa de fazendeiros, profissionais liberais e comerciantes que viam nessa atividade imobiliária uma boa forma de aumentar sua renda. Para a população operária (imigrantes e ex-escravos) não havia alternativas de moradia nas cidades, levando a expulsão para bairros precários, insalubres e distantes do centro, a chamada periferia.

Ainda conforme Ferreira e Uemura (2008) observa-se que com a industrialização, aprofunda-se a exclusão e a segregação social, iniciada na década de 50 do século XX, em particular, com as migrações campo-cidade da região nordeste para os pólos industriais do sudeste. A partir de então, a questão social, entendida como expressão das desigualdades decorrentes da contradição entre capital e trabalho, passa por grandes transformações, especialmente a partir do final da II Guerra Mundial. A aceleração industrial, o intenso processo de urbanização, aliados ao crescimento das classes sociais urbanas (operariado) vão exigir novas respostas do Estado e do empresariado às necessidades de reprodução da vida social nas cidades.

A EXPLOSÃO URBANA

A partir da década de 1960, o Brasil vive uma explosão urbana, que levou um grande número de trabalhadores rurais, sem alternativa no campo, a viver e morar nas periferias e favelas das cidades, com baixos salários e péssimas condições de vida. Assim, de acordo com Carvalho e Yamamoto (1983), a urbanização foi intensificada pela industrialização no pós-guerra,

concentrando o parque industrial no eixo sul-sudeste, o que gerou uma intensa migração interna e com isso a formação das metrópoles e de suas periferias .

De acordo com Maricato (2000), o padrão de produção das cidades brasileiras se alterou a partir de 1964, com o Banco Nacional de Habitação (BNH) e o Sistema Financeiro de Habitação – SFH. Os enormes recursos financeiros, a verticalização das construções, as mudanças na cadeia produtiva e no mercado fundiário, a explosão imobiliária, priorizaram o atendimento às classes altas e médias, o mercado imobiliário e as empresas de construção civil.

Ainda, conforme Maricato (2000), o que se observou nos anos 70 do século XX foi a intensificação da urbanização, mas marcada pela periferização das cidades de médio e grande portes. Cresceram as favelas, os cortiços e todas as formas de habitação precária.

Para Wanderley (2000), os anos 80 e 90 no século XX foram marcados pela concentração da pobreza urbana, aumento do número de favelas, de loteamentos irregulares, ilegalidade na ocupação do solo, agressões ao meio ambiente, aumento da violência urbana, recuo dos investimentos públicos em saneamento e políticas urbanas. Mas, por outro lado, essas décadas são significativas para a politização da questão urbana. Surgem inúmeros atores nas cidades, como os movimentos sociais que lutavam por moradia, regularização fundiária, políticas públicas, recursos para a habitação, organizações profissionais, além dos movimentos ecológicos e de combate ao êxodo rural.

Dentro do pensamento de Koga e Nakano (2005), adotar a perspectiva da territorialização nas políticas públicas significa combinar escalas, micro e macrorregional, buscar que os serviços sejam articulados e implementados com a maior proximidade do cidadão, facilitando o seu acesso. A partir do conhecimento do território, de seus recursos, das relações sociais, da identificação das necessidades e das potencialidades locais é que devem ser planejados e executados as políticas e serviços.

Dentro desse contexto é que se encaixa o Trabalho Técnico Social que vem adicionar à realidade política, a experiência e o conhecimento técnico para identificar e tratar as demandas das comunidades.

TRAJETÓRIA DA POLÍTICA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Partindo de uma breve retrospectiva da política habitacional e dos principais regulamentos e normativos atuais, destacam-se os elementos centrais da Política Nacional de Habitação e do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, de forma que atinjam seus objetivos e tenham maior sustentabilidade social.

De acordo com Bonduki (1998), no começo do século XX até os anos 30, a habitação para as classes populares urbanas era basicamente representada por dois tipos de moradia: a) as vilas operárias, incentivada pelo poder público, através de isenções fiscais, mas que somente eram acessíveis para segmentos da baixa classe média, como operários, funcionários públicos e comerciantes, não sendo viáveis para a população mais pobre e, b) pelas moradias de aluguel, construídas por iniciativa privada que em muitos casos se assemelhavam aos cortiços, pela baixa qualidade.

Bonduki (1998) ainda diz que a presença do Estado na área remonta a março de 1946, com a Fundação Casa Popular, primeiro órgão de nível nacional voltado exclusivamente para a provisão de moradias às famílias de menor poder aquisitivo, mas essa instituição não deu conta das demandas da população de baixa renda no País.

Continuando, Bonduki (1998) refere que em 1962 foi criado o Conselho Federal de Habitação – CFH (Decreto 1281/1962) com a atribuição de orientar e promover a política de habitação do governo mediante um planejamento nacional, visando particularmente à habitação destinada às classes menos favorecidas.

Com o golpe militar de 1964, e amparado na ideologia da Segurança Nacional, é instituído o Plano Nacional de Habitação (PNH), através da Lei 4380, de 21 de agosto de 1964, que criou o Banco Nacional de Habitação (BNH) e o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU).

Com a implantação do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e com a criação do BNH e do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), que a política habitacional ganha diretrizes nacionais.

O BNH foi o principal agente da política habitacional do governo militar de 1964 até 1986, ano de sua extinção. Funcionou como um banco central dos agentes financeiros, garantindo os créditos e depósitos dos financiamentos do setor imobiliário. Caracterizou-se pela gestão centralizada e autoritária, própria da estratégia dos governos militares. Realizou projetos uniformizados e padronizados em todo o país, construindo em torno de 4,3 milhões de unidades, sem considerar as diferenças regionais (geográficas e culturais) e priorizou a classe média da população.

Do ponto de vista do atendimento à população de baixa renda, algumas iniciativas foram desenhadas para responder à questão do acesso à terra e a moradia. De acordo com Santos (1999),

O reconhecimento por parte do BNH da incapacidade do sistema de solucionar as necessidades de uma significativa parcela da população de mais baixa renda do país e do conseqüente aumento da autoconstrução e do número de habitações informais, foi o principal responsável pela criação de programas habitacionais especiais destinados às populações de renda mensal inferior a três salários-mínimos... Tais programas visavam basicamente auxiliar a autoconstrução e/ou atuar na reurbanização de áreas habitacionais degradadas (SANTOS,1999, p.18).

Há um consenso entre os estudiosos de que o SFH apresentou desempenho bastante significativo ao longo do regime militar, mas, ao mesmo tempo, foi incapaz de atender às populações de baixa renda (SANTOS, 1999).

Pode-se afirmar conforme Santos (1999) que o SFH e o BNH contribuíram para aprofundar as desigualdades sociais no Brasil à medida que privilegiaram os investimentos para as faixas de renda média.

O autor refere ainda que uma das conseqüências da política adotada foi o encarecimento das terras urbanas, incentivando a especulação imobiliária e produzindo cada vez mais, uma cidade à margem do mercado, assim como conjuntos habitacionais nas periferias das cidades, agravando o problema da mobilidade urbana e elevando o custo da urbanização. Os projetos não levaram em consideração questões fundamentais como a proximidade do local de moradia com o local de trabalho, impactando no custo social e econômico para as comunidades e cidades, gerando o isolamento e segregação dos conjuntos populares.

Na recessão dos anos 1980 Santos (1999) diz que a alta inflacionária, a crise econômica, o desemprego, os saques progressivos da poupança e do FGTS diminuíram os recursos para investimentos, o que levou à falência do Sistema Financeiro de Habitação.

Seguindo o histórico, no governo José Sarney foi extinto o BNH em 1986, e suas funções foram transferidas para a Caixa Econômica Federal (CEF). Nos anos seguintes observou-se uma desestruturação da política habitacional, não sendo introduzidos novos mecanismos de

financiamento para habitação popular, o que trouxe insegurança para o poder público e para o mercado.

Nos governos Fernando Henrique Cardoso observa-se, na esfera federal, um esforço em tratar a habitação como parte integrante do desenvolvimento das cidades brasileiras, articulado com saneamento básico e transporte urbano, tendo como referencial o Estatuto das Cidades aprovado em 2001. A principal marca do governo FHC foi a retomada dos financiamentos de habitação com base nos recursos do FGTS. No geral, pode-se dizer que as respostas governamentais no período continuaram centradas nas camadas de renda média.

Apesar de não ter um desempenho quantitativo relevante face ao déficit habitacional, destaca-se a partir de 1999 o Programa Habitar Brasil que objetivou intervenções em assentamentos subnormais de regiões metropolitanas e capitais com público-alvo definido, as populações que vivem em condições precárias, em áreas de risco e sem acesso a serviços básicos de infraestrutura, com renda de até três salários mínimos. O Programa estabeleceu entre seus componentes básicos o Trabalho Técnico Social durante todo o processo de obra e na fase de pós-ocupação.

Com a criação do Ministério das Cidades em 2003, o governo federal ocupa um vazio institucional e cumpre um papel fundamental na política urbana e nas políticas setoriais de habitação, saneamento e transporte reforçando a descentralização e o fortalecimento dos municípios definidos na Constituição Federal.

Em janeiro de 2007, o governo federal lançou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com o objetivo de promover o crescimento econômico, através de uma série de obras e investimentos em infra-estrutura, em áreas como saneamento, habitação, transporte, energia e recursos hídricos, entre outros.

Em 2008, dentro do PAC Habitação, o Governo Federal lançou o Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) com a pretensão de viabilizar o acesso de um milhão de moradias para famílias com renda de até 10 salários mínimos, reduzindo o déficit habitacional e colocando a habitação de interesse social na agenda do País.

Neste ano de 2011, com a posse da Presidenta Dilma Roussef foram lançados os Programas de Aceleração do Crescimento II (PAC II) e Minha Casa Minha Vida II (MCMV II), que seguem a mesma linha dos anteriores, liberando mais uma quantia significativa de valores a serem aplicados nos milhares de municípios brasileiros.

TRAJETÓRIA DO TRABALHO TÉCNICO SOCIAL EM HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

De acordo com Gomes (2005), pode-se afirmar que o trabalho técnico social associado a programas de habitação de interesse social, como política de governo, está presente no País desde quando a Política Nacional de Habitação e Saneamento (PNHS) foi definida no BNH, no período de 1968 a 1986.

Gomes (2005) ainda refere que esse trabalho se desenvolvia na área das Companhias de Habitação (COOHABs), através do recurso da Taxa de Apoio Comunitário (TAC), criada em 1973, visando à manutenção dos conjuntos habitacionais e seus equipamentos comunitários ou para o pagamento de assistente social que atuasse nesse novo espaço constituído, executando um plano de serviço social, custo este, embutido no preço da habitação que era financiada ao mutuário.

O trabalho social da época tinha um caráter mais administrativo, pois se preocupava com a seleção da demanda, o acompanhamento da adimplência dos mutuários e a organização comunitária.

De acordo com Carvalho e Yamamoto (1983), na esfera municipal, geralmente, os atendimentos e programas de habitação voltados à população de baixa renda eram compreendidos como ações emergenciais e não como parte de uma política habitacional e, em muitos municípios, as ações ficavam sob a responsabilidade de secretarias ou órgãos de assistência social. Do ponto de vista governamental, a “política habitacional” para este segmento reduziu-se ao atendimento emergencial e à remoção de favelas para áreas e conjuntos localizados nas periferias, desprovidos de serviços públicos.

Netto (1991) diz que os profissionais na década de 1980 passaram a se opor ao modelo de remoção, onde as famílias eram deslocadas para áreas muito distantes, não sendo respeitados os laços de vizinhança já estabelecidos, e nem mesmo a forma de obtenção de renda das famílias, que naturalmente estava ligada ao lugar da moradia. A proposta passou a ser da negociação com as famílias para a desocupação de áreas consideradas impróprias. Ao foco do trabalho social, acrescentou-se a preocupação com o meio ambiente e com a sustentabilidade das famílias, iniciando-se a discussão de programas de geração de trabalho e renda, e projetos de educação ambiental associados ao trabalho social na habitação de interesse social.

Na década de 1980, a inclusão de temas ambientais com as famílias beneficiárias de programas, especialmente educação ambiental e a questão das instalações e funcionamento das redes de água e esgoto passaram a ser tarefa do Trabalho Social.

Ao final da primeira gestão FHC, a partir de 1999, influenciado pelos elementos de preparação do Programa Habitar Brasil, o desenvolvimento do trabalho social junto às populações beneficiárias de programas e/ou projetos com recursos advindos do Orçamento Geral da União passou a ser uma exigência. A inovação era que o governo federal passava a incluir nos custos do empreendimento a ser contratado, recursos para o desenvolvimento do trabalho social, sendo que parte destes recursos era a fundo perdido, ou seja, a custo zero para os municípios e estados. Os resultados extremamente positivos da experiência de execução de projetos integrados (intervenções físicas/obras e sociais concomitantes) reforçaram a necessidade do desenvolvimento desse modelo, demonstrando eficácia em comparação ao modelo de trabalho anterior.

Finalmente, de acordo com Gomes (2005), isso levou o Ministério das Cidades a incluir o trabalho social na Política Nacional de Habitação. A partir daí, estendeu-se essa exigência para os Programas de Saneamento Ambiental Integrado, a partir dos adventos Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em 2007 e Minha Casa Minha Vida (MCMV) em 2009.

DESCRIÇÃO DO TRABALHO TÉCNICO SOCIAL

O Trabalho Técnico Social nos Programas de Desenvolvimento Urbano baseia-se na premissa de que a participação dos beneficiários promove uma melhor adequação das intervenções às necessidades e demandas dos grupos sociais envolvidos, e apresenta-se como contribuição significativa para a sustentabilidade do empreendimento.

A participação comunitária nas intervenções torna os beneficiários mais comprometidos, levando-os a exercerem seus direitos e deveres, propicia a compreensão e a manifestação da população atendida acerca das intervenções, e permite a afirmação da cidadania e transparência na aplicação dos recursos públicos.

A realização do Trabalho Técnico Social favorece a correta apropriação e uso dos imóveis/sistemas/melhorias implantados, promove a mobilização e a participação social por meio de atividades de caráter sócio educativo, da instituição e/ou fortalecimento de bases associativas,

de ações direcionadas à geração de trabalho e renda e de educação sanitária, ambiental e patrimonial.

Essas ações devem ser desenvolvidas com enfoque interdisciplinar em sincronia com a realização das obras físicas. Iniciam-se com o levantamento de dados e informações que permitem a caracterização da situação local onde se pretende realizar a intervenção proposta. Depois, deve ser planejado e elaborado o projeto de intervenção social, que será desenvolvido de forma integrada ao projeto de intervenção física.

A Caixa Econômica Federal, através do profissional Técnico Social, cuja formação deve ser em Serviço Social, Psicologia, Ciências Sociais/Sociologia ou Pedagogia, tem o papel de analisar, acompanhar, orientar, supervisionar e avaliar as atividades desenvolvidas pelos profissionais de Entidades, Construtoras e Órgãos Municipais e Estaduais a executarem o Trabalho Social dentro das premissas de cada programa. Além disso, cabe a ela também realizar a avaliação preliminar de impacto socioambiental, juntamente com a equipe de engenharia, nos programas que possuem tal exigência.

Após aprovação do projeto, dá-se início a sua execução, com o devido monitoramento e avaliação das atividades desenvolvidas.

A execução desse projeto é registrada em Relatórios Periódicos de Acompanhamento e Relatório Final, enviados ao profissional responsável para fins de liberação de parcela contratual, acompanhados dos documentos de registro e sistematização das atividades.

O PROJETO DE TRABALHO TÉCNICO SOCIAL – PTTS

Conforme a CEF – Manual Normativo (2011), a intervenção técnica social é norteadada por eixos estruturantes e respectivas macroações. Essas macroações são desenvolvidas, após adaptadas à realidade local e às diretrizes do programa/modalidade em desenvolvimento, visando o alcance dos seus objetivos.

O documento que sistematiza a proposta de intervenção social é o Projeto de Trabalho Técnico Social – PTTS. Nele são contemplados cinco eixos:

1. Mobilização e Comunicação
2. Participação Comunitária e Desenvolvimento Sócio organizativo
3. Empreendedorismo
4. Educação
5. Remoção e Reassentamento

Cada eixo é composto de várias macroações e as do eixo Educação são as seguintes :

- Educação Ambiental
- Educação Sanitária
- Educação Patrimonial
- Educação para a Mobilidade Urbana
- Educação para a saúde

Cada uma dessas macroações tem atividades específicas que devem ser desenvolvidas dentro de um cronograma, com um determinado orçamento e num determinado prazo. Assim, o profissional Técnico Social tem a função de fazer chegar esse conhecimento aos grupos beneficiados através das várias técnicas de disseminação de conhecimentos, tais como palestras, reuniões, dinâmicas de grupo, grupos operativos, oficinas, material didático, folders e outras formas de propagação do conhecimento. Mensalmente, são relatadas as atividades realizadas no

período, que juntamente com documentos comprobatórios são analisados e orientados pelo profissional representante da esfera federal, que concedeu o recurso. Por fim, é construído um relatório final do Trabalho Social, onde são computados os resultados obtidos e aplicada uma pesquisa de satisfação com o grupo. Nesse momento, fica claro o aproveitamento em relação aos conteúdos trabalhados, onde se observa a mudança de comportamento dos participantes, principalmente em relação aos hábitos e preservação do meio ambiente.

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO TRABALHO TÉCNICO SOCIAL

De acordo com Rodrigues (2007), a população está cada vez mais envolvida com as novas tecnologias e com cenários urbanos perdendo desta maneira, a relação natural que tinha com a terra e suas culturas. Os cenários tipo *shopping center*, passam a ser normais na vida dos jovens e os valores relacionados com a natureza não tem mais pontos de referência na atual sociedade moderna.

A educação ambiental se constitui numa forma abrangente de educação, que segundo Wanderley (2000), se propõe atingir todos os cidadãos, através de um processo pedagógico participativo permanente que procura incutir no educando uma consciência crítica sobre a problemática ambiental, compreendendo-se como crítica a capacidade de captar a gênese e a evolução de problemas ambientais. A seguir, versos escritos por aluna de 6ª série, como resultado da preocupação com o meio em que vive.

O Meio Ambiente

Não podemos maltratar
Porque senão, não vai durar
Temos que preservar
Aguardar, plantar e semear.

Agora vamos cuidar
Colocar lixo no lixo
E não desperdiçar.

O meio ambiente
Tem que ser bem arrumado
E nunca desajeitado.

O meio ambiente está na nossa vida
No ar que respiramos
E nas plantas que plantamos.

(Daiane Gracioli Gonçalves – aluna da 6ª série, Jornal A Razão, p.5, 2011)

Conforme Pelicioni (2007), o relacionamento da humanidade com a natureza, que teve início com um mínimo de interferência nos ecossistemas, culmina hoje numa forte pressão exercida sobre os recursos naturais.

Ainda de acordo com Pelicioni (2007), atualmente, são comuns a contaminação dos cursos de água, a poluição atmosférica, a devastação das florestas, a caça indiscriminada e a redução ou mesmo destruição dos habitats faunísticos, além de muitas outras formas de agressão ao meio ambiente.

Dentro deste contexto, segundo Montibeller-Filho (2008) é clara a necessidade de mudar o comportamento do homem em relação à natureza, no sentido de promover sob um modelo de desenvolvimento sustentável (processo que assegura uma gestão responsável dos recursos do planeta de forma a preservar os interesses das gerações futuras e, ao mesmo tempo atender as necessidades das gerações atuais), a compatibilização de práticas econômicas e conservacionistas, com reflexos positivos evidentes junto à qualidade de vida de todos.

O IPEA (2010) refere que o principal instrumento que veio dar um direcionamento mundial às nações no que se refere ao Meio Ambiente é a Agenda 21, documento que saiu da conferência ECO 92. Trata-se de princípios pelos quais poderão se orientar os povos e as gerações futuras, fundamentadas na convicção de que a humanidade chegou a um momento de definição da sua história, e que somente com a reavaliação e mudança tanto do pensamento quanto do comportamento, poderemos manter um ambiente digno e em condições de manutenção da vida.

A Agenda 21 estabeleceu objetivos gerais que, através de ações voltadas à população, os governos devem se organizar de forma a atingi-los o mais breve possível.

O Brasil, assim como todos os outros países participantes da ONU possui a sua própria Agenda 21, a qual tem por objetivo instituir um modelo de desenvolvimento sustentável a partir da avaliação das potencialidades e vulnerabilidades de nosso país, determinando estratégias e linhas de ação cooperadas ou partilhadas entre a sociedade civil e o setor público.

Assim, os Programas de Desenvolvimento Urbano – Habitação e Interesse Social lançados pelo Governo Federal, desde então vem sendo um dos instrumentos de aplicação das metas estipuladas pela Agenda 21, onde através dos programas habitacionais, enriquecidos pelo Trabalho Técnico Social vem colaborando para que os indivíduos resgatem sua cidadania e contribuam para a sustentabilidade local e mundial.

“Promover ações que vão desde a sensibilização para as questões ambientais como a preservação do meio ambiente; abordagens sobre os prejuízos causados por ocupações irregulares e a utilização adequada dos equipamentos públicos e sua manutenção; até palestras sobre a busca por hábitos saudáveis; são temas que abordamos com os beneficiados do ‘Nossa Casa’ (Helena Zorzal, diretora-presidente do Idurb-ES, <http://www.revistaopen.com>, 2008).

Conforme Santos (1999), no universo da política habitacional, o processo de assentamento de famílias de baixa renda através da produção de unidades habitacionais exige a incorporação do conceito de sustentabilidade física, social e econômica dos empreendimentos. Tal preocupação se manifesta na adoção de trabalho social com procedimentos realizados desde os primeiros passos do processo de produção das moradias, período de Pré-Morar, até o estágio comumente denominado de Pós-Morar, que corresponde ao período que se inicia com a ocupação das unidades habitacionais pelas famílias beneficiárias.

Conforme diretrizes da Política de Habitação e Interesse Social, segundo Gomes (2005), todas as ações pressupõem a mobilização e participação das famílias beneficiárias assim como o acompanhamento social visando apoiar sua organização e viabilizar o atendimento de demandas pelos órgãos responsáveis por políticas sociais, em especial às relacionadas com serviços públicos de saúde, educação e programas de estímulo à geração de emprego e renda.

O trabalho social do Pré e Pós-Morar, busca acompanhar as famílias de forma a prepará-las para a vida em condomínio, dar suporte à sua adaptação ao conjunto e seu entorno, encaminhá-las para outros serviços sociais, monitorar a ocupação dos imóveis, fomentar o trabalho e renda e a educação ambiental em todos os seus aspectos e organização comunitária.

Esse trabalho é essencial na integração das políticas públicas, na adaptação das famílias à nova moradia, na conservação do patrimônio e na preservação da qualidade de vida, sendo hoje prerrogativa para a captação de recursos federais.

No que tange à educação ambiental no Trabalho Técnico Social, cabe dizer que a mesma está presente em todos os programas de desenvolvimento urbano e rural, onde exista a intervenção direta com os indivíduos da comunidade beneficiada.

Conforme CEF – Manual Normativo (2011), nos Programas da Área de Desenvolvimento Urbano, mais especificamente nos Programas Habitacionais, está previsto o trabalho sócio-ambiental em todos os contratos, através das seguintes atividades:

- Mapeamento sócio-ambiental de caráter participativo (Diagnóstico);
- Formação e desenvolvimento de grupos de reflexão e discussão sobre as questões sócio-ambientais locais;
- Fortalecimento e/ou articulação de instâncias, municipais e/ou regionais, que atuam na área sócio-ambiental;
- Confecção de material pedagógico sobre a questão ambiental;
- Oficinas práticas de vivência direta com as questões de preservação do meio ambiente tais como:

1. tratamento/separação do lixo;
 2. reciclagem;
 3. aproveitamento do material orgânico para adubação de hortas e pomares;
 4. reaproveitamento de alimentos;
 5. preservação, manuseio adequado e reaproveitamento da água;
 6. controle do desperdício de energia;
 7. energias alternativas;
 8. saneamento básico/regras de higiene;
 9. manejo adequado do solo;
 10. incentivo ao plantio de árvores;
 11. uso adequado de herbicidas e mata-pragas.
- Formação de agentes disseminadores das questões ambientais;
 - Incentivo ao desenvolvimento de tecnologias sociais sustentáveis.

O TRABALHO SOCIAL NA REGIÃO CENTRAL E PARTE DA REGIÃO OESTE DO RIO GRANDE DO SUL – DADOS DE 2010

De acordo com dados da CEF – Manual Normativo (2011), atualmente existem 30 Programas Públicos de Governo, que através do Ministério das Cidades e da Caixa Econômica Federal, fazem chegar aos municípios as verbas necessárias a serem aplicadas na construção e melhorias das condições de habitabilidade e saneamento básico às famílias de baixa renda e maior vulnerabilidade social.

Os programas que mais liberam recursos atualmente, são:

- Minha Casa Minha Vida (urbano) – Poder Público

- Minha Casa Minha Vida (urbano) – Parceria com Entidades
- Minha Casa Minha Vida (rural) – Cooperativas de Habitação Rural e Poder Público
- Pró-moradia
- FNHIS – Habitação de Interesse Social
- Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários
- **Ação de Melhoria das Condições de Habitabilidade**
- **Ação de Apoio à Prevenção e Erradicação de Riscos em Assentamentos Precários**
- **Ação de Apoio a Projetos de Regularização Fundiária Sustentável de Assentamentos**

Informais de Áreas Urbanas

- Pró-municípios
- Serviços Urbanos de Água e Esgoto
- Resíduos Sólidos Urbanos
- Intervenções em Favelas
- Carta de Crédito FGTS - Operações Coletivas
- PAC
- Gestão da Política do Desenvolvimento
- Saneamento Para Todos - Mutuários Públicos e Privados

A região Central e parte do Oeste gaúcho são compostas de 73 municípios que têm sido beneficiados com os recursos dos Programas já citados. Uma idéia mais fidedigna sobre a liberação desses recursos é a apresentada no quadro 1, referente a todos os contratos em que houve Trabalho Técnico Social no ano de 2010.

RETRATO DA REGIÃO CENTRAL E PARTE DO OESTE RS (2010) 73 municípios			
MÊS	QUANTIDADE	VALOR CONTRATAÇÃO	VALOR DO TS (2,5%)
JANEIRO	1	62.115,32	1.552,88
JUNHO	1	71.076.965,00	1.776.924,10
AGOSTO	22	3.343.659,50	83.591,48
SETEMBRO	8	2.189.342,80	54.733,57
OUTUBRO	6	732.105,13	18.302,62
NOVEMBRO	5	750.335,64	18.758,39
DEZEMBRO	23	7.756.972,60	193.924,31

Quadro 1. Recursos liberados pelos Programas de Habitação destinados à região Central e parte da região Oeste do Rio Grande do Sul.

Fonte: <http://rs7136nt002/avgestao/index.php/grafico>

O quadro 2 mostra dados gerais no Brasil, comparados com recursos liberados no Rio Grande do Sul.

RETRATO DO BRASIL E REGIÕES DO RS (2010)			
LOCAL	QUANTIDADE	VALOR CONTRATAÇÃO	VALOR DO TS (2,5%)
BRASIL	48.838	48.943.189.920,00	1.223.579.748,00
REGIÃO CENTRO E PARTE DO OESTE GAÚCHO	66	85.911.493,00	2.147.787,30

Quadro 2. Dados comparativos dos recursos liberados pelos Programas de Habitação no Brasil e no Rio Grande do Sul

Fonte: <http://rs7136nt002/avgestao/index.php/grafico>

Podemos observar os valores significativos que foram destinados ao Rio Grande do Sul para tentar amenizar as demandas de carência e vulnerabilidade social através do Programas de Habitação e Saneamento. Tanto no urbano quanto no rural, observa-se um alto índice de aproveitamento dos recursos, bem como a presença do Trabalho Técnico Social em todos os contratos citados.

Quanto à Educação Ambiental, pode-se afirmar que se trata de um item obrigatório em todos os contratos que desenvolvem o Trabalho Técnico Social. As atividades desenvolvidas são as mais variadas com todas as famílias beneficiadas, de forma a transformar seus hábitos e atitudes, buscando um comportamento auto-sustentável.

CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

Historicamente sabe-se que as sociedades se formaram a partir da necessidade do ser humano de juntar-se em grupos e deixar de ser um nômade como forma de melhor se proteger das ameaças a que o mundo externo lhe submetia.

No entanto, para poderem viver em grupo, os homens precisaram criar regras e padrões que deveriam ser respeitados a fim de que, pela organização, conseguissem evoluir em conjunto.

Nesse contexto foram surgindo os grupos, as vilas, as comunidades e finalmente as cidades, locais onde as pessoas passavam a se concentrar em busca de melhores condições de vida, através da promessa de trabalho e por consequência melhores salários e qualidade de vida mais digna.

Na verdade, o êxodo rural e consequentemente o inchaço das metrópoles só serviram para acarretar consequências bastante desastrosas àquelas famílias de classe baixa e pobre que viam na migração, um sonho de futuro. O que se passou a assistir foi um verdadeiro pesadelo de famílias inteiras que ao chegar aos grandes centros, ficaram sem lugar para morar, sem trabalho adequado, passando a viver de atividades informais e muitas vezes, nem isso.

Com esse retrato, acompanhou-se a “marginalização” de pessoas que chegaram cheias de idéias de sucesso e que, ao se depararem com a realidade, tiveram que se adaptar ao submundo.

Dentro dessa evolução, vê-se que mesmo com alguns entraves políticos, as Políticas Públicas de Governo vêm-se aperfeiçoando com o passar dos tempos e cada vez mais, chegando perto da verdadeira realidade das carências sociais do povo tão sofrido.

A diversidade de Programas Sociais destinados a essa população marginalizada e o grande valor de recursos que vem sendo liberado nos últimos anos, tem contribuído muito para amenizar essa realidade. Percebe-se através dos resultados de índice de pobreza e de desenvolvimento social

que o Brasil vem conseguindo atingir uma grande porcentagem de indivíduos que conseguiram mudar suas condições de vida e, se não aos mais velhos, pelo menos a oportunidade de crescimento social e respeito aos mais jovens que passaram a ter acesso a produtos que antes jamais se sonhava para as classes menos favorecidas. Dentro desse contexto, pode-se citar a casa própria, a luz para todos, saneamento básico, a inclusão digital, entre outros.

Especificamente através do Trabalho Técnico Social desenvolvido com todas as famílias beneficiadas pelos Programas Sociais Público existe a chance de acompanhar na prática, o desenvolvimento dessas ações de inclusão social e percebe-se o sentimento de valorização dessas pessoas sendo alvo da preocupação do Governo Federal e de participarem da história desse país, como povo em desenvolvimento.

Com relação à Educação Ambiental, há o acompanhamento da preocupação que as famílias têm em aprender e desenvolver o cuidado com o meio ambiente. Mesmo tratando-se de indivíduos de baixo nível de estudo e cultural, há claramente a disponibilidade, mostrando o quanto valorizam todo conhecimento que vier para somar e melhorar sua qualidade de vida.

Sabe-se que ainda se tem muito a fazer e que ainda não se conseguiu atingir muitas comunidades que são extremamente necessitadas, mas a passos largos e esperando que essa política de desenvolvimento se mantenha no Brasil, independente de ideologias ou partidos políticos, vê-se com otimismo o futuro social das famílias brasileiras. Cada um fazendo a sua parte, neste sem fim de capacidades de todos, com certeza caminhar-se-á para um futuro melhor e um meio ambiente mais saudável.

REFERÊNCIAS

BONDUKI, N. G. **Origens da Habitação Social do Brasil**. Arquitetura Moderna, Lei de Inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade, FAPESP, 1998.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, Manual Normativo. **Regulamento do Trabalho Técnico Social**. AE 097v021, 2011. 76 p. pdf.

CARVALHO, R.; IAMAMOTO, M. V. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo, Cortez, 1983.

FERREIRA, J.S.W.; UEMURA, M.M. Política Urbana. In: **Ações Integradas de Urbanização e Assentamentos Precários**. Curso à Distância. Módulo I. Disciplina I. Brasília: Ministério das Cidades, 2008.

GOMES, M.F.C.M. Política de Habitação e Sustentabilidade Urbana. In: _____; PELEGRINO, Ana Izabel de C. (orgs). **Política de Habitação Popular e Trabalho Social**. Coleção Espaços do Desenvolvimento. Rio de Janeiro: DP&A, Editora, 2005.

HERVÉ, Thery e MELO, Neli Aparecida de. **Atlas do Brasil: disparidades e dinâmicas do território**. 2.ed. São Paulo: EDUSP, 2008, p. 147.

INSTITUTO DE PESQUISAS APLICADAS – IPEA. Relatório **Pobreza, desigualdade e políticas públicas**. Comunicado da Presidência. N. 38.12 de Janeiro de 2010.

KOGA, D.; NAKANO, K. Perspectivas territoriais e regionais para políticas públicas brasileiras. In: ABONG. **A Abong nas Conferências 2005 – Criança e Adolescente – Assistência Social**. São Paulo: Cadernos Abong. 2005.

MARICATO, E. **Urbanismo na periferia do mundo globalizado**: metrópoles brasileiras. São Paulo em Perspectiva, v. 14 (out.-dez.). n. 4, 2000.

MONTIBELLER-FILHO, G. **O Mito do Desenvolvimento Sustentável**. 3ª ed. Ver e atual. –Florianópolis: Ed da UFSC, 2008.

NETTO, J.P. **Ditadura e Serviço Social** – Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 1991.

PELICIONI, M. C. **Educação Ambiental em Diferentes Espaços**. Eds. – São Paulo: USP. Faculdade de Saúde Pública. Nisam. CepemaSignus Editora, 2007.

RODRIGUES, A. M. Conceito e definição de cidades. In: QUEIROZ R.L.C.; SANTOS Jr., O. A. (orgs). **As metrópoles e a questão social brasileira**. Rio de Janeiro: REVAN/FASE, 2007.

SANTOS, C.H.M. **Políticas Federais de Habitação no Brasil**: 1964/1998. Instituto de Pesquisas Aplicadas – IPEA. Texto para Discussão N. 654. Brasília, Julho de 1999.

WANDERLEY, L.E. **Educação para a cidadania**. In: Revista Serviço Social e Sociedade, n. 62, São Paulo: Cortez, 2000.